

**RICARDO OLIVEIRA
LACERDA DE MELO***

estrutura e dinâmica da economia
sergipana (1970-2002)

**ALDEMIR DO VALE
SOUZA****

* Professor Doutor
do Departamento de
Economia e do
Programa de
Pós-Graduação em
Economia da
Universidade
Federal de Sergipe

** Ex-professor da
UFPE e Diretor de
Ceplanconsult

RESUMO

O presente artigo analisa a evolução da estrutura produtiva da economia sergipana no período 1970-2002, buscando relacionar as principais transformações do seu perfil produtivo e de sua dinâmica de crescimento à forma de articulação com a economia nacional. É possível identificar dois pontos de inflexão na trajetória da economia sergipana no período em questão. O primeiro, nos anos 70 e primeira metade dos anos 80, quando um conjunto de investimentos industriais puxou o crescimento econômico do Estado e revolucionou as atividades urbanas. O segundo ponto de inflexão se verificou a partir de meados dos anos 80, quando atividades do setor terciário tornaram-se mais dinâmicas. Nos anos mais recentes, já no século XXI, um conjunto de novos investimentos, atraídos pelas políticas estaduais de desenvolvimento industrial, propicia um novo ciclo de expansão industrial.

PALAVRAS-CHAVE

Sergipe. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper analyses the evolution of the productive structure of the economy in Sergipe during the 1970-2002 period, aiming to connect the main changes to its productive profile and to its growth dynamics with the form of articulation with the national economy. It is possible to identify two points of inflexion in the process of the economy in the State of Sergipe in the mentioned period. One happened in the seventies and lasted until the mid eighties, when several industrial investments propelled the economic growth of the state and revolutionized the urban activities. The other one started in the mid eighties, when activities of the third sector became more dynamic. In more recent years, already in the 21st century, several new investments, attracted by the new state policies of industrial development, provide a new cycle of industrial expansion.

KEY WORDS

Sergipe. Development.

INTRODUÇÃO

Podem-se ressaltar dois aspectos interdependentes para caracterizar o contexto do passado recente da economia do Estado de Sergipe. O primeiro associado às transformações da economia brasileira, sob influência das mudanças na economia internacional, nas três últimas décadas, e o efeito que teve e tem a condução da política de curto prazo nas economias locais. E o segundo, relacionado à importância que tiveram, até meados dos anos oitenta, os investimentos das empresas estatais para induzirem direta e indiretamente o crescimento, a renda e o emprego no Nordeste e, em particular, nas economias estaduais mais vulneráveis como a de Sergipe.

Quanto ao primeiro aspecto, dois pontos merecem destaque. Primeiro o de que a forte proteção ao mercado da economia brasileira e o fácil acesso à poupança externa, até o final dos anos setenta, favoreceram as condições para um crescimento sustentado do PIB, configurando uma dinâmica endógena que reforçou um processo de integração regional já em curso desde os anos trinta do século passado. Segundo, e não menos importante, a elevação do preço do petróleo e o processo inflacionário desencadeado nas principais economias mundiais abriram espaço, nos anos setenta, para o início, nessas economias, de políticas de reestruturação industrial, alteração de suas políticas comerciais e uma forte onda protecionista.

A adoção de políticas corretivas pelas principais economias mundiais, dentre elas o forte aumento dos juros básicos da economia norte-americana, repercutiu nas economias latino-americanas e, em particular, na economia brasileira que, incapacitadas de servir suas dívidas, mergulharam, na primeira metade da década de oitenta, num processo de crise cambial e financeira, interrompendo uma trajetória de crescimento sustentado que se verificara até final dos anos setenta.

Progressivamente, essas economias adaptaram-se à crise da dívida, a partir do início dos anos noventa, adotando medidas sob a forma de redução das barreiras de proteção a seus mercados, de desregulamentação de seu mercado de capitais, da implementação de programas de privatização de empresas públicas, e de medidas ambiciosas de controle dos gastos públicos e de combate de seus crônicos processos inflacionários.

Os efeitos nas economias regionais das mudanças ocorridas na economia brasileira foram significativos. Exerceram influência como fatores de destaque, por um lado, a crise cambial e a fragilidade fiscal e financeira do setor público nos anos oitenta; a abertura da economia, nos anos noventa, e suas implicações na reestruturação industrial; e a necessidade de conter o processo inflacionário, com a reiteração, até o advento do Plano Real, em 1994, de experiências sucessivas de planos de estabilização malogrados.

O traço mais notável desse período é a persistência de uma fase de lento crescimento econômico, iniciado na década de oitenta, permeado por graves problemas na economia brasileira, com repercussões importantes nas economias estaduais. Na raiz dos problemas da economia brasileira, a crise cambial de início dos anos oitenta e a interrupção dos fluxos de financiamento com base em poupança externa foram uma das fontes mais importantes de desequilíbrio macroeconômico que afetaram a economia. Outro não menos importante foi a aceleração do processo inflacionário.¹

O oscilante desempenho da economia brasileira, nos anos oitenta, encerra, por assim dizer, o resumo da ocorrência de diversos fenômenos interdependentes: queda do PIB, em 1981 (- 4,2%) e 1983 (- 3,0%), aceleração inflacionária e mudanças no quadro político-institucional que propiciaram a primeira tentativa heterodoxa de estabilização da economia, com o Plano Cruzado, a partir de 1986, sucedido por iniciativas igualmente frustradas de planos heterodoxos de estabilidade monetária caracterizados por congelamento de preços e salários.

Entre 1984-1985, houve um breve ciclo de recuperação, sustentado no crescimento das exportações que se configurou num ambiente de recessão com grande capacidade ociosa na indústria e redução dos salários reais. As medidas de congelamento de preço e salários do Plano Cruzado, em 1986, associados a uma política monetária acomodatória e ao crescimento real dos salários, naquele ano, provocaram uma elevação inusitada da demanda e causaram um forte crescimento do PIB: 6,4%, no ano.

A frustração decorrente dos repetidos insucessos das tentativas de estabilizar a economia tornou o processo inflacionário mais agudo

¹ Em 1983, a inflação mudou do patamar de 100% para 200% ao ano.

dando início a um período de instabilidade na economia que entrou numa fase de estagnação com seus efeitos de redução do ritmo de crescimento do PIB até o final da década de oitenta. Esse ambiente de incerteza serviu de desestímulo ao investimento, acentuando uma situação de persistente instabilidade e lento crescimento econômico.

No Nordeste, observou-se então uma tendência de redução do investimento, caindo seu ritmo de crescimento para 1,6% ao ano naquela década², reduzindo-se ainda mais, entre 1990-1993, em termos absolutos em 4,4% ao ano. O investimento público contribuiu para essa queda com 9,9% ao ano.³

No GRAF. 1, que contém o crescimento do PIB em médias móveis quinquenais, observa-se a tendência das economias brasileira, nordestina e sergipana ao longo das três últimas décadas, podendo-se destacar, sob a forma de resumo, os seguintes comentários:

- a) até quase o final da década de setenta, as taxas de crescimento – indicadas pelas médias quinquenais – ainda refletiam a tendência histórica de expansão acelerada da economia brasileira, em que pese o início da fase de transição para uma forte desaceleração do seu ritmo de crescimento, graças aos problemas apontados;
- b) nos anos oitenta, a chamada “década perdida”, configurou-se de maneira mais inequívoca o crescimento claudicante e a “estratégia” *stop-and-go* das diversas e reiteradas tentativas frustradas de estabilização monetária, com a ocorrência das experiências, sem precedente em quarenta anos, de crescimento negativo, em 1981-1983;
- c) nos anos noventa, com o advento do Plano Real, em 1993-1994, esboça-se uma retomada do crescimento, em um curto ciclo, como resultado da estabilidade monetária, sem que se retorne às taxas históricas, sobretudo devido à grande incerteza quanto ao investimento de médio e longo prazo, tanto que os anos iniciais do novo século (2000 - 2002) registram crescimento medíocre (2,3% a.a., na média)

² Na década anterior, a FBKF tinha crescido a um ritmo de 10,2% a.a., cf. Sudene. *Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil*, n. 1, 1993 (Tabela 71, p. 390).

³ *Ibidem*.

d) a tendência observada ao longo de todo o período, até a primeira metade da década de noventa, revela o traço empírico já observado da aderência do crescimento das economias regional e estadual à economia nacional.

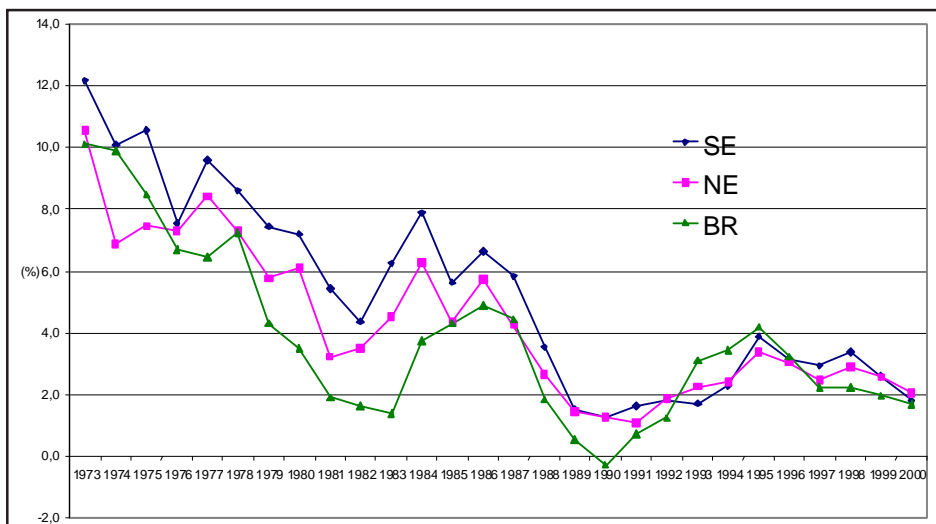


GRÁFICO 1 – Brasil, Nordeste e Sergipe: Evolução das Taxas de Crescimento do PIB 1970 – 2002 (Médias móveis quinquenais)

Essa última observação chama a atenção para a constatação, com frequência assinalada, de que a economia nordestina sempre cresce a taxas maiores do que a brasileira, quando esta entra numa fase cíclica de recuperação, enquanto ocorre o oposto, quando se esboça uma trajetória de queda das taxas de crescimento de PIB da economia brasileira. Contrariando esse fato observado até um passado recente, esse padrão é interrompido entre 1992 e 1996, sem sinais de que voltará a se repetir no futuro. Ver GRAF 1.

De fato, é o que se pode notar da comparação feita a partir do ano de 1992, quando a economia brasileira passa a crescer a taxas maiores. Uma hipótese para essa mudança pode estar numa provável reconcentração da atividade econômica nas regiões mais desenvolvidas, que se beneficiaram de uma maior integração ao comércio internacional, ou na tendência, a partir dos anos noventa, de expansão da área do agronegócio, sobretudo na região do Centro Oeste.

No contexto nordestino e nas economias estaduais, o que se observa, de acordo com a tendência do crescimento, notadamente quanto à aparente correlação entre os ritmos de crescimento da economia nacional *versus* à regional e estadual, é uma capacidade de resposta diversa, segundo a situação particular de cada economia local.

De fato, a intensidade dos efeitos das mudanças apontadas nas economias estaduais teve, como contrapartida, uma maior ou menor capacidade de resposta e adaptação em função das condições da disponibilidade dos recursos naturais, da infraestrutura e logística existente, da dimensão dos mercados, e da qualificação da mão-de-obra de suas economias. E, é evidente, parte não menos importante dessa adaptabilidade das economias estaduais se deu graças à capacidade local da iniciativa privada e do papel dos governos, até onde foi possível se acomodar às condições adversas gerais.

Nesse limitado espaço de manobra, embora secundariamente, tiveram importante papel as potencialidades de cada economia estadual e as condições financeiras dos governos estaduais para atrair investimentos privados ao longo dos últimos quase vinte anos, a partir de programas de incentivos com base em sua receita própria.⁴ Nesse particular, as economias estaduais mais robustas, com capacidade para esboçar reação consequente foram, e ainda são, as dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, as três maiores economias da região Nordeste.

Um outro fator determinante diz respeito à importância que tiveram, e a ainda têm, as empresas estatais federais na economia regional. Pode-se afirmar que seus investimentos tiveram, e ainda exercem, um papel importante como elemento de atração dos investimentos do setor privado, tendo atuado, nesse sentido, como um ponderável reforço à política de desenvolvimento industrial conduzida pela extinta Sudene.

O caso da economia de Sergipe é emblemático sob esse aspecto porque, até meados dos anos oitenta, os investimentos da Petrobras, pelo peso que tiveram na formação do PIB industrial e do Estado, influenciaram significativamente na trajetória do crescimento de sua economia, com impactos diretos e indiretos importantes nas demais atividades. Pa-

⁴ As estratégias locais, verdadeiras apostas de sucesso duvidoso, cobraram caro, e ainda cobram, dos estados o sacrifício incorrido em termos de renúncia fiscal.

radoxalmente, essa presença, ao implicar uma concentração de investimentos importante na indústria, tornou a economia do Estado vulnerável às mudanças das estratégias da empresa.

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SERGIPE

A evolução do Produto Interno Bruto sergipano é, como a dos demais estados, em geral, fortemente correlacionada ao desempenho da economia brasileira como um todo. Embora possa parecer um truísmo, essa afirmação subentende a influência de fatores exógenos; da gestão da política de curto prazo; e dos choques que – ao afetarem a economia brasileira – acabam, por sua vez, repercutindo nas economias locais.

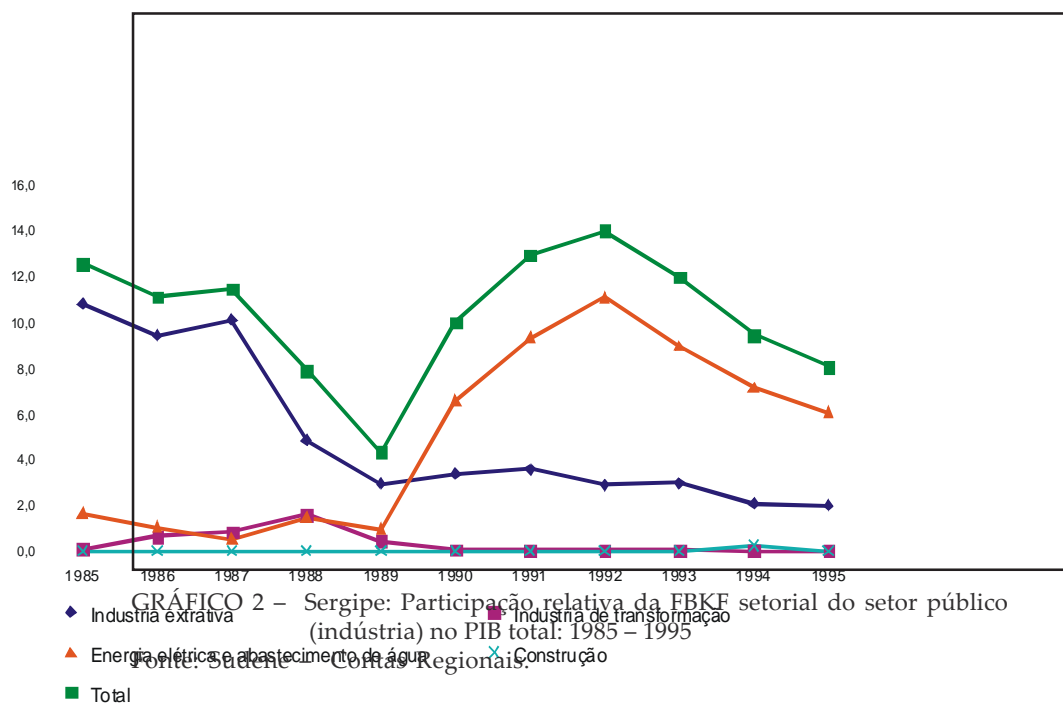
Assim é que, numa retrospectiva de longo prazo, identificam-se dois pontos de inflexão que, sob a influência de alterações na economia brasileira, representam mudanças de trajetória da economia sergipana. O primeiro, nos anos 70 e primeira metade dos anos 80, quando um conjunto de investimentos industriais de empresas públicas e privadas puxou o seu crescimento e revolucionou as atividades urbanas. Nesse período alterou-se significativamente a feição, até então, essencialmente, tradicional da economia do Estado. O segundo ponto de inflexão se verificou a partir de meados dos anos 80, quando atividades do setor terciário tornaram-se mais dinâmicas, acompanhando a perda de pujança da economia nacional e o abandono das políticas regionais inauguradas nos anos 60. Essa segunda mudança se configurou, não por coincidência, a partir dos anos 80, no marco do esgotamento de um longo período de quase três décadas de forte crescimento da economia brasileira.

Como um marco da inflexão mencionada, cabe registrar a importância que tiveram, e deixaram de ter, os investimentos do setor público na indústria na economia de Sergipe, cuja principal fonte de crescimento dependia, no início dos anos oitenta, da indústria extrativa mineral e a de transformação. Em 1985, ambas representavam 58,7% do PIB, sendo que a primeira contava com cerca de 22%.⁵ Essa concentração da atividade econômica na indústria extrativa mineral, na exploração de petróleo, e em

⁵ Em 1995, essa participação tinha se reduzido para cerca de 8%, conforme os dados das Contas Regionais, produzidos pela SUPES e pelo IBGE

menor medida, no gás natural, sob controle da Petrobrás, uma empresa estatal, tornou a economia do Estado particularmente vulnerável às mudanças de orientação dos investimentos no setor industrial.

É evidente a tendência de redução dos investimentos dessa empresa a partir de 1985. De fato, conforme se observa, no GRAF. 2, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) na indústria extrativa mineral, que correspondia a 11% do PIB da economia sergipana, naquele ano, reduziu-se para 3% em 1989, caindo para cerca de 2% no final do período, no ano de 1995. Esses investimentos, que representavam 63% de toda a FBKF pública realizada em 1985, caíram para 18%, no último ano. Desde a segunda metade dos anos oitenta, houve um declínio persistente do investimento público, exaurindo-se uma das fontes de crescimento mais importantes da economia sergipana – senão a mais importante. No mesmo período, a extração de petróleo teve uma redução de 27,3%.⁶



⁶ Ver Ricardo Lacerda: *Perspectivas de geração de renda e emprego na economia de Sergipe*. s.l., 23/08/1999 (fotocópia).

Há outros aspectos que ilustram esses resultados em termos dos investimentos públicos. Por um lado, se houve uma redução nos investimentos na indústria extrativa mineral, estes se elevaram na atividade de energia elétrica e de abastecimento d'água. O que se pode inferir desse comportamento do investimento é a reiteração da dependência da economia do Estado de uma fonte de crescimento concentrada em outra empresa estatal. Com efeito, a maior participação do investimento nessa atividade, a partir de 1989, decorre das obras na barragem de Xingó realizadas pela Chesf, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Contrariando a tendência de um ritmo maior de crescimento de sua economia até meados dos anos oitenta, em anos mais recentes, notadamente depois do final da década de noventa, Sergipe enveredou numa trajetória de menor dinamismo comparativamente ao Nordeste e ao Brasil, um fenômeno que pode ser atribuído à sua dificuldade de explorar novas oportunidades de investimentos relacionadas ao crescimento das exportações nacionais.

O início dos anos 90 foram os mais duros para a produção nacional dos últimos 15 anos, em razão da combinação perversa da acelerada abertura comercial com a recessão das atividades no mercado interno, o que fez com que a economia brasileira se defrontasse com intensa entrada de produtos estrangeiros em um mercado estagnado.

A partir da implantação do Plano Real, a situação torna-se um pouco menos adversa, dado que a expansão dos mercados de consumo propiciada pelo retorno do crédito e, em sua esteira, a retomada de investimentos diretos externos levaram ao crescimento da demanda agregada; o que implicou a possibilidade de certa absorção interna do incremento de produção, mesmo com a intensificação do crescimento das importações e da falta de competitividade da produção brasileira nos mercados externos. Desse modo, a expansão da demanda agregada repercutiu em todas as regiões.